



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO
RURAL.

REQUERIMENTO Nº , DE 2013
(Do Sr. Alceu Moreira)

Requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater sobre o processo de demarcação de terras quilombolas nos municípios de Osório e Maquiné, no estado do Rio Grande do Sul.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos artigos 24, III; 32, I, “a”; 117, VIII; e 255 a 258, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, **requero** a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, o Ministério da Justiça, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Ministério Público Federal, a Secretaria-Geral da Presidência da República, o Procurador do Estado do Rio Grande do Sul, Rodinei Candeia, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG-RS), a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL), Prefeito Municipal de Osório/RS, Eduardo Abrahão, o Prefeito Municipal de Maquiné/RS, Alcides Scussel, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Osório/RS, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Maquiné/RS, o professor de filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Dr. Denis Lerrer Rosenfield, a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Rio Grande do Sul, a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Câmara Municipal de Vereadores do município de Osório/RS, a Câmara Municipal de Vereadores de Maquiné/RS e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), para debater sobre o processo de demarcação de terras quilombolas nos municípios de Osório e Maquiné, no estado do Rio Grande do Sul.



JUSTIFICAÇÃO

No Rio Grande do Sul está ocorrendo um conflito nos municípios de Osório e Maquiné, abrangendo as localidades de Morro Alto, Ribeirão, Prainha, Agupés, Barranceira, Faxinal do Morro Alto e Espriado. Nessa área o INCRA, que está atualmente notificando os proprietários, pretende desapropriar uma área de 4.564 hectares de agricultura familiar para atender a uma solicitação do Conselho do Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra (CODENE) e Movimento Negro Unificado (MNU) à Secretaria Estadual do Trabalho, Cidadania e Ação Social do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

A medida afeta diretamente cerca de 950 famílias - ou 3.800 pessoas - que vivem ou são proprietárias de terras e terrenos dentro desse perímetro. Cabe destacar que também serão atingidas outras 4.630 famílias, ou 18.800 pessoas, que vivem no entorno da região. Nos últimos sete anos foram mais de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) em PRONAF.

Ressalte-se que as famílias que querem expulsar das terras estão no local há cinco ou seis gerações.

A área se encontra em meio a uma das mais valorizadas regiões do Rio Grande do Sul, a 15 minutos do litoral mais nobre do estado, ladeado por lagoas com condomínios e empreendimentos imobiliários diversos, recortada pela recém-duplicada BR 101, com valorizadas terras de hortigranjeiros, a 1 hora de Porto Alegre.

Reconhecendo a importância da matéria em debate e verificando a necessidade de se aprofundar a discussão sobre o tema, solicitamos aos Nobres Parlamentares a aprovação deste Requerimento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO
RURAL.

Sala da Comissão, em 04 de junho de 2013.

Alceu Moreira

Deputado Federal (PMDB-RS)